



O projeto de arquitetura e a institucionalização da participação comunitária: o caso de uma requalificação ambiental no campus da UFMG

The architectural project and the institutionalization of community participation: the case of an environmental requalification on the UFMG campus

DOI: 10.55905/oelv21n7-042

Recebimento dos originais: 13/06/2023

Aceitação para publicação: 11/07/2023

Edgardo Moreira Neto

Doutor em arquitetura pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA – UFMG)

Instituição: Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA – UFMG)

Endereço: R. Paraíba, 697, Savassi, Belo Horizonte - MG, CEP: 30130-141
E-mail: edgardo.arq@gmail.com

Maria Lúcia Malard

Doutora em Arquitetura pela University of Sheffield (UK)

Instituição: Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA – UFMG)

Endereço: R. Paraíba, 697, Savassi, Belo Horizonte - MG, CEP: 30130-141
E-mail: mlmalard@gmail.com

Renata Alves Siqueira

Doutora em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC - UFMG)

Instituição: Departamento de Planejamento e Projetos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Endereço: R. Paraíba, 697, Savassi, Belo Horizonte - MG, CEP: 30130-141
E-mail: renatasiq@ufmg.br

RESUMO

O presente estudo examina algumas questões teóricas e metodológicas dos chamados processos participativos em projetos de Arquitetura, bem como de sua institucionalização nas situações de edificações públicas, tendo como referência um caso concreto, o Plano Global de Requalificação do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, entre 2010 e 2015. O ICB abriga 10 departamentos acadêmicos em 17 blocos, com quatro pavimentos cada, totalizando aproximadamente 46.000m². O conjunto foi projetado e construído entre 1969 e 1973 e desde então vem sendo adaptado, na medida das necessidades dos usuários

e do avanço das pesquisas que desenvolvem. Tal plano de requalificação ambiental se assentou em uma prática dialógica, com ampla participação dos usuários na identificação das demandas, desenvolvimento das propostas projetuais e escolha das soluções arquitetônicas mais adequadas. Ao longo deste estudo busca-se reconhecer e descrever os papéis dos actantes no processo, fatores humanos e não-humanos, como proposto pela Teoria Ator-Rede (TAR). Para esse estudo foram utilizadas bibliografias especializadas, consultas à documentos técnicos e descrições do processo de trabalho vivenciado pelos próprios autores.

Palavras-chave: arquitetura participativa, arquitetura pública, institucionalização da participação.

ABSTRACT

The present study examines some theoretical and methodological issues of the so-called participatory processes in architecture projects, as well as their institutionalization in situations of public buildings, having as reference a specific case, the Global Requalification Plan of the Institute of Biological Sciences of UFMG, among 2010 and 2015. ICB harbor 10 academic departments in 17 blocks, with four floors each, totaling approximately 46,000 m². The set was designed and built between 1969 and 1973 and since then it has been adapted, according to the needs of the users and the progress of the research they develop. Such an environmental requalification plan was based on a dialogical practice, with wide participation of users in identifying demands, developing project proposals and choosing the most appropriate architectural solutions. Throughout this study, we seek to recognize and describe the roles of actors in the process, human and non-human factors, as proposed by the ANT - actor network theory. For this study, specialized bibliographies, consultations on technical documents and descriptions of the work process experienced by the authors were used.

Keywords: participatory architecture, public architecture, institutionalization of participation.

1 INTRODUÇÃO

O processo de concepção projetual pode ser explicado como um conjunto concatenado de decisões voltadas à realização de um determinado objeto. Para Oxman (2008), tal processo se desenvolve em três etapas, que se retroalimentam: (1) recepção (caracterização do problema por meios verbais e gráficos); (2) reflexão (interpretação projetual por meios gráficos) e (3) reação (transformação da interpretação). Aderindo-se a essa sistematização, cabe acrescentar que as decisões tomadas em cada uma dessas etapas ocorrem mediante um raciocínio visual e reflexivo, como caracterizou Shön

(1983). Esse tipo de raciocínio – inerente ao processo de projeto – acaba por fortalecer a ideia da autoria individual, criando dificuldades para a criação coletiva e, conseqüentemente, para os processos participativos de projeto.

As questões de autoria e participação não se colocam na relação arquiteto/cliente. Nesse caso quem encomenda o serviço (cliente) caracteriza o produto que deseja e quem presta o serviço (arquiteto) cria o produto/solução. Essa relação arquiteto/cliente em geral ocorre nos projetos para o setor privado, onde sempre há quem contrata, quem decide, quem avalia e quem aceita ou rejeita o produto. O arquiteto defende a sua Arquitetura e o cliente defende os seus interesses. Prevalece, sempre, o interesse do contratante, pois é ele quem paga o arquiteto (a relação aqui do tipo é comercial). Há, por assim dizer, uma participação do cliente, inerente às transações privadas, que se impõe aos desígnios do arquiteto.

Quando se trata de projetos de edifícios públicos de uso coletivo (como é o caso das edificações das universidades públicas), essa questão adquire contornos mais complexos, pois a relação arquiteto/cliente se transforma na relação arquiteto/usuário. Nesse contexto, o arquiteto não pode defender a “sua Arquitetura”, mas a Arquitetura do coletivo (do público). O usuário, por sua vez, não pode subordinar o arquiteto aos seus desígnios, pois não é ele que paga a conta e nem é ele o dono do negócio. Nesse contexto, parece não haver outra forma ética de trabalho que não seja de colaboração entre arquiteto e usuário: de participação das partes na solução do projeto. O PGRP – Plano Global de Requalificação Participativa do ICB – Instituto de Ciências Biológicas da UFMG que apresentaremos neste estudo, foi desenvolvido dentro dessa ótica.

A tradição crítica recente sedimentou a ideia de que as arquiteturas somente se realizam quando as pessoas habitam os ambientes construídos. Possivelmente esse entendimento tem origem nos escritos de Heidegger (1954) sobre o construir e o habitar. Ele argumenta que “Não habitamos porque construímos. Ao contrário. Construímos e chegamos a construir à medida que habitamos, ou seja, à medida que somos como aqueles que habitam”. Os que “habitam”, portanto, realizam o construir, o que torna imperiosa a sua participação na feitura dos projetos para esse construir.

Nos processos autorais o arquiteto é central na definição da configuração do edifício e seus ambientes, porque ele detém um saber técnico e usa esse saber para determinar o construir/habitar de terceiros. Mas essa prerrogativa lhe é delegada por esses terceiros, os proprietários. No caso dos empreendimentos públicos, não há essa delegação, portanto, o arquiteto é impelido a sair da centralidade que ocupa nos projetos autorais, passando a ser um facilitador do processo de decisão projetual, sem protagonismo nas decisões.

Entretanto, nessa situação uma contradição se estabelece, pois o projeto é, por natureza, uma concentração de decisões positivas, o projeto é aquilo e não outra coisa. Se as decisões dos usuários não forem unânimes (e quase nunca são), pode-se argumentar que haveria opiniões não atendidas, ou seja, um processo não democrático. Como resolver esse problema? Um caminho promissor é a participação ativa e consciente, em moldes institucionais (uma estrutura republicana, mais que democrática), na qual um coletivo – normalmente os próprios usuários – é convidado a apresentar suas questões e demandas, discute os problemas, debate com os pares os entraves e as facilitações e, por fim, escolhe a opção mais coerente.

A arquitetura pública, tomada em sentido amplo, é definida pelos imóveis e demais espaços pertencentes ao conjunto da sociedade, controlada pelo Estado e seus entes. O conceito de “arquitetura republicana”, de Brandão (2003), implica na transcendência do fazer arquitetônico como simples resultado de um processo e no compromisso com uma ética, entendida como a submissão aos interesses da sociedade.

O conceito de uma arquitetura da *res publica* serve tanto para promover uma arte pensada além da estética quanto para pesquisar novos sentidos para o termo “república” capazes de serem úteis para a compreensão de nosso mundo atual. Como pressuposto mínimo, a “arquitetura republicana” deve referir-se a duas dimensões: a da ética e a da liberdade. (BRANDÃO, 2003)

O presente estudo parte de uma descrição teórico-metodológica que caracteriza os processos participativos em Arquitetura. Em seguida, apresenta-se a estrutura socioespacial do ICB, para que se compreenda como se institucionalizou a assembleia específica do PGRP-ICB. A partir disso, descreve-se o processo projetual empreendido.

O nosso recorte temporal vai de 2010, início do Plano, até 2015 com a implementação dos Laboratórios Estação.

2 ARQUITETURA COM AS PESSOAS E DILUÍDA NO TEMPO

O modernismo do início do século XX, liderado por Le Corbusier (1897-1965), alinhou as soluções projetuais à lógica industrial da produção seriada e em larga escala. Isso provocou uma padronização das soluções ambientais, resultando no conceito de usuário “médio” ou “universal”. O Estilo Internacional, por exemplo, é a arquitetura que supostamente serve qualquer pessoa, em qualquer lugar a qualquer tempo. Já na segunda metade do século XX grupos de arquitetos apresentaram críticas duras à essa prática. (MONTANER, 2014)

Um desses críticos foi o italiano Giancarlo De Carlo (1919-2005), ligado ao Team 10, dissidente do CIAM, militava nos grupos antifascistas italianos e denominava sua metodologia de arquitetura dialética. Sua visão política regulava sua prática arquitetônica, que buscava na participação o afastamento de qualquer traço de autoritarismo sobre os usuários. De Carlo foi professor da Universidade de Veneza e da Politécnica de Milão, onde desenvolveu e ensinou metodologias participativas. Defendia que a arquitetura não deveria ser feita **para** pessoas, mas sim **com** pessoas. Na prática aplicou tais métodos em quase todas suas obras. Uma delas, considerada quase ideal, do ponto de vista da participação, é o Collegio Del Colle (1962-1983), da Universidade de Urbino, Itália (figura 1). (ROCHA, 2018)

Figura 1. Collegio De Colle (1962-1983)



Fonte: commons.wikimedia.org (14/04/2020)

A participação, como proposto por De Carlo, pode funcionar quando, no momento projetual, há condições (materiais e de tempo) e quando os usuários estão disponíveis. Entretanto, nem sempre isso é possível. Nesse caso a “arquitetura aberta” pode ser uma alternativa de participação ao longo do tempo, como preconiza N. John Habraken (1928-). Ele parte da crítica de bairros residenciais europeus do pós-guerra que achava frios, repetitivos e concebidos sem os usuários. Ocorre que, para resolver “moradias em massa”, em pouco tempo, afastava a possibilidade de um projeto opinativo que implica em prazos dilatados. Sua opção foi inverter a lógica do “momento da participação”, propondo que ela ocorresse a posteriori: arquiteto ofereceria o “suporte” que depois seria complementado pelas pessoas à maneira delas. Essa proposta ficou conhecida como Teoria dos Suportes (1961), onde os elementos perenes (estruturas portantes, instalações, escadas etc.) são claramente diferenciados dos flexíveis (divisórias, móveis, acabamentos etc.).



No Brasil, o professor Avritzer (2008) demonstra que até o início da década de 1990 o país não contava com uma sólida participação das camadas populares em planos e projetos, pois não havia instituições formais dedicadas para esse fim. Até então as eventuais participações aconteciam informalmente em estruturas como partidos ou assembleias. Contrapondo-se a esta não-participação, propõe a participação ativa e institucionalizada, isto é, “formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas” (AVRITZER, 2008). Para ele, a questão que se coloca no Brasil é de ordem política.

3 UMA REDE PARA O PROJETO DE ARQUITETURA PÚBLICA: OS ACTANTES

Aderindo ao entendimento de que a projeção é uma constante tomada de decisões e que os processos participativos tendem a diluir tais decisões, é necessário avançar na análise para não incorrer no erro de romantizar a descrição como um simples jogo de voluntarismos individuais. A realidade de um projeto público está longe disso.

É preciso reconhecer os diversos actantes (LATOUR, 2012), agentes humanos e não humanos, que tensionam todo o processo em todas as direções (inclusive com forças em sentidos opostos, o que dificulta, atrasa ou até mesmo inviabiliza algumas soluções) tornando o processo muito complexo. Grande parte do compromisso ético da arquitetura republicana se fundamenta no entendimento da condução dessa complexidade para obter uma obra que obedeça ao interesse público e não de grupos.

A seguir identificamos, resumidamente, os actantes típicos em projetos de arquitetura pública (conforme encontrado no caso concreto aqui estudado):

- Gerenciais: agentes que, estando em cargos ou em posições institucionais, são os responsáveis por colocar em prática ações definidas nos projetos. São os diretores, gerentes, chefes etc.
- Políticos: agentes com capacidade de influenciar ideologicamente outras pessoas; isso costuma acontecer através da hegemonização dos conceitos ou da polarização de opiniões (técnicas ou não). São os intelectuais, políticos, decanos, ex-gerentes, técnicos etc.



- Técnicos: aqueles legalmente habilitados, que possuem o saber especializado e que seriam os garantidores da funcionalidade, da estética e da operacionalidade projetual. São os arquitetos e engenheiros.
- Usuários: aqueles que respondem pelo uso e ocupação final dos ambientes. Tais agentes se confundem, em determinados momentos, com agentes não-humanos (como animais e equipamentos, por exemplo); nesses casos as pessoas se tornam porta-vozes das necessidades desses entes.
- Atores não-humanos: são os que independem da vontade imediata das pessoas, como: as normas, as metodologias dos processos, os limites e as condições físicas, as competências humanas disponíveis, as capacidades instaladas de toda ordem, as disponibilidades tecnológicas, os prazos, as questões financeiras etc.

4 CARACTERIZAÇÃO DO ICB

O conjunto arquitetônico foi concebido e construído entre 1969 e 1973 com premissas estruturalistas e da chamada arquitetura aberta. Atualmente conta com 17 blocos de quatro pavimentos cada, totalizando aproximadamente 46.000m². Localiza-se no centro do Campus Pampulha da UFMG (figura 2).

O Instituto se dedica ao tradicional tripé: ensino, pesquisa e extensão universitários; conta com reconhecimento internacional e lidera o número de patentes e publicações da UFMG. Em função disso, sua comunidade demanda ambientes altamente especializados, a fim de assegurar o rigor científico dos experimentos (esse é um dado fundamental para seus projetos de arquitetura).

O ICB se organiza em dez departamentos (são eles: Bioquímica e Imunologia; Botânica; Fisiologia e Biofísica; Genética, Ecologia e Evolução; Microbiologia; Morfologia; Parasitologia; Patologia Geral; Zoologia), sua diretoria geral e seus órgãos complementares (são eles: Centro de Aquisição e Processamento de Imagens, Centro de Bioterismo e Centro de Coleções Taxonômicas). É comum que os grupos e departamentos estabeleçam relações de trabalhos interdisciplinares, o que é facilitado pela proximidade espacial, já que todos estão no mesmo edifício. Populacionalmente, o ICB é composto

por professores, pesquisadores, estudantes e funcionários, totalizando aproximadamente 6.500 pessoas.

Figura 2. Região central do Campus Pampulha



Fonte: Google Earth, 2020 (editado pelos autores)

Cada departamento conta com uma chefia e uma Câmara Departamental para a tomada de decisões colegiadas. A gestão administrativa e acadêmica do ICB cabe à Diretoria e a Congregação, que é a instância máxima deliberativa, e é presidida pelo Diretor da unidade. As chefias departamentais e a Diretoria são periodicamente eleitas pela comunidade. A Congregação é formada pelo diretor da unidade (presidente da congregação), vice-diretor, chefes departamentais, coordenadores dos cursos de graduação e pós-graduação, diretores dos órgãos complementares; representantes de professores, de servidores técnicos administrativos e de alunos.

A configuração físico/espacial do ICB (figura 4) obedece a uma malha contínua estrutural (figura 3) com vigotas dispostas em eixos modulares de 124x124cm; em cada bloco há apenas três sequências de pilares, as circulações verticais (escadas e elevadores) são acopladas externamente às lajes e as estruturas portantes (vigas, pilares e lajes) são totalmente independentes das vedações. As inúmeras possibilidades de passagens para as

instalações prediais (água, energia e esgoto) são estrategicamente concebidas para facilitar eventuais reformas. O resultado dessa configuração arquitetônica é a alta capacidade de flexibilidade e mutabilidade ambiental.

Figura 3. Foto da construção do ICB



Fonte: CIT/UFMG (2019)

Figura 4. Segundo pavimento do ICB - Blocos A ao Q



Fonte: CIT/UFMG (2019)

Entre 1970-2010 o ICB foi paulatinamente transformado. A comparação das plantas originais com os levantamentos feitos para o diagnóstico do PGRP-ICB, aliada aos depoimentos dos professores e técnicos mais antigos, revelam que muitos espaços foram reconfigurados ou expandidos em função da implantação de novos centros de estudos, novos equipamentos de pesquisas, novas das dinâmicas de trabalho e a desativação de antigas instalações. Um exemplo evidente da transformação é o pilotis, o que antes era uma zona quase totalmente liberada para o fluxo de pessoas, que conectava várias regiões do Campus, foi sendo ocupado com ambientes fechados, como escritórios e laboratórios. Quase todos os leiautes dos laboratórios dos pavimentos superiores são, também, diferentes dos planos originais.



Entretanto, o caráter dessas transformações – pontuais e sem uma orientação orgânica – criaram zonas desarticuladas no ICB e uma queda da qualidade ambiental geral. Nesse sentido, destaca-se que, diferentemente de um conjunto habitacional em arquitetura aberta (como proposto por Habraken), no qual as unidades residenciais são totalmente independentes em termos de uso, um instituto de pesquisa como o ICB tem uma organicidade específica que precisa ser levada em conta. Entretanto, o financiamento da pesquisa no Brasil é, em geral, destinado a grupos de pesquisa ou a pesquisadores individuais, o que estimula reformas físico/espaciais também pontuais, sem levar em conta a articulação físico/espacial do todo.

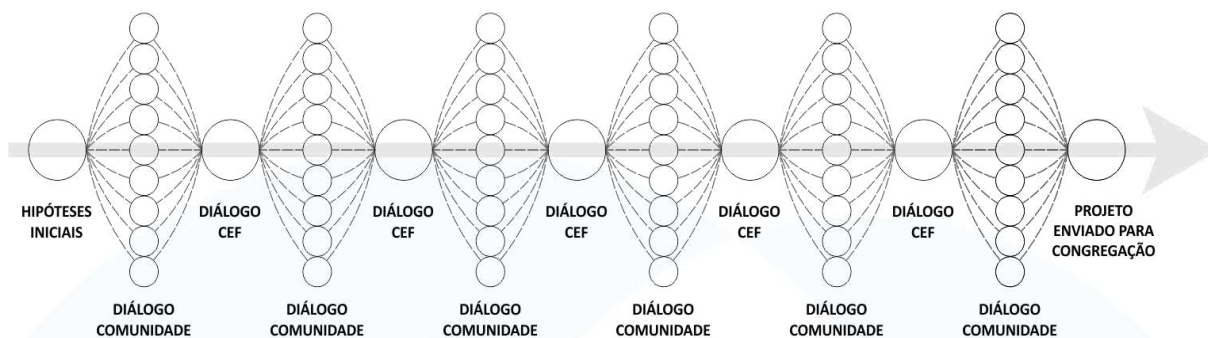
Diante desse quadro evidencia-se a complexidade socioespacial do ICB, que precisou ser considerada no processo projetual participativo. Para dar conta desse teia de relações foi necessário estabelecer um fórum específico, que se denominou CEF - Comissão de Espaço Físico.

5 PLANO DE REQUALIFICAÇÃO PARTICIPATIVO DO ICB

O início do PGRP-ICB acompanhou a institucionalização da CEF, assembleia específica para discutir e encaminhar pareceres à Congregação acerca de assuntos dos planos e projetos de arquitetura. Tal assembleia foi conformada com representantes de todos os grupos do ICB, de modo que todos os assuntos ali tratados reverberariam em toda a comunidade. Também, na CEF, todos os grupos tinham mesmo poder de voto.

Estabeleceu-se que as reuniões da CEF seriam semanais, e entre um encontro e outro os membros levariam as questões discutidas para um diálogo com a comunidade local, espalhando a discussão. Na semana seguinte, com um novo encontro, as impressões e necessidades específicas das comunidades eram apresentadas pelos porta-vozes e debatidas conjuntamente. Se dava, portanto, um trabalho de ampliação (diálogos da comunidade) e de síntese (diálogo CEF), como está diagramado na figura 5.

Figura 5. Diagrama de operação da CEF com as fases de espraiamento e de síntese dialógica



Fonte: elaborado pelos autores (2020)

O método hipotético-dedutivo preconizado por Karl Popper (1902-1994) foi, em alguma medida, um referencial para conduzir o plano. Partíamos da caracterização de um problema projetual, baseado em dados diagnosticados e nas demandas apresentados pela comunidade, construíamos uma ou mais hipóteses que poderiam resolver o problema caracterizado, submetíamos as hipóteses a inúmeras confrontações e críticas (entre os técnicos e dentro da CEF) a fim de identificar possíveis falhas, e, ao final do processo, somente as propostas que resistiam e se mostravam plenamente adequadas, prosseguiram como válidas e eram incorporadas ao projeto executivo.

Diante de um problema bem caracterizado, no momento de elaborar as hipóteses projetuais, a equipe de arquitetos nunca colocava como primeira questão o “como fazer”. Em vez disso, colocava-se a pergunta “por que fazer”. A adoção dessa atitude se mostrou muito benéfica para o processo de projeto do ICB, pois houve maior reflexão e ampliação do diálogo entre os diversos atores.

Quando um usuário detecta um problema é comum que ele inicie imediatamente um processo de conjecturar soluções, de modo que “os problemas e as soluções do projetos tendem a surgir juntos” (LAWSON, 2011, p. 233). Isso se confirmou inúmeras vezes no processo do ICB, os usuários apresentavam demandas do tipo: “preciso ampliar a área de estocagem de suprimentos” e para isso “imaginei quebrar essa parede e construir um novo cômodo sobre esse jardim externo”. Nesse exemplo o demandante não nota que a consequência seria a inadequada retirada área de permeabilidade exigida para a infiltração de água pluvial. Se os arquitetos, diante da demanda, se colocassem a questão



“como viabilizar a ampliação?”, providenciariam os projetos de demolição, construção e concretagem de novos pilares e lajes. Para resolver o problema da permeabilidade poderia ser providenciada uma caixa de retenção, por exemplo; seria mais um projeto de engenharia, mais consumo de energia e materiais; pior para o meio ambiente. Porém, ao se colocar a pergunta “por que o demandante precisa ampliar o espaço de depósito?”, descobriríamos, por exemplo, que há necessidades sazonais de estocagem que poderia ser resolvida com o melhor gerenciamento para recebimento de materiais ao longo do tempo, ou seja, sem a necessidade de crescer nem um centímetro da área original; o que é mais econômico e sustentável.

6 UMA ANÁLISE DO PROCESSO PROJETUAL DO ICB

Como dito anteriormente, a condução do PGRP-ICB se submetia a críticas públicas a fim de testar sucessivamente as hipóteses projetuais. Somente quando uma hipótese se mostrava forte o suficiente para não ser refutada, ela se incorporava ao projeto final. O *modus operandi* para elaboração do plano e dos projetos arquitetônicos pode ser assim descrito:

- Diagnóstico: elaborou-se um amplo diagnóstico que caracterizou detalhadamente todas as condições físicas e de uso e ocupação do ICB. Entre os aspectos físicos tratados estavam o estado de conservação e adequação das instalações físicas, condições gerais de segurança pessoal e de segurança patrimonial, condições dos pisos, vedações, forro, cobertura, entre outros elementos. Para os aspectos relacionados ao uso e ocupação, foram avaliadas a lotação dos ambientes, a frequência de uso (dias e horários de lotação), bem como a avaliação qualitativa da adequação ambiental e de infraestrutura em função das atividades ali desenvolvidas.
- Reconhecimento dos limites e potencialidades: ainda na primeira fase, foram identificados os diversos condicionantes para as intervenções, como: a concepção original (arquitetura aberta), potencial construtivo estabelecido normativamente para ampliação do conjunto, as disponibilidades financeiras, os limites físicos e a vizinhança, as capacidades máximas estruturais e a logística das obras civis.



- Escuta das demandas individuais e dos grupos: foram realizadas entrevistas com os pesquisadores e técnicos, buscando-se entender a dinâmica de cada atividade e coletando relatos sobre as necessidades dos grupos de pesquisa e dos departamentos, bem como, quando fosse o caso, dos indivíduos.
- Definição clara do problema projetual: a partir dos elementos anteriores foi possível para a equipe técnica, junto com a comunidade do ICB, definir claramente os problemas projetuais e uma ordem de prioridades, que foi referendada pela Congregação.
- Elaboração das hipóteses projetuais: a equipe técnica se compunha por um grupo de arquitetos, sendo uma arquiteta sênior e demais arquitetos auxiliares. Também, contava-se com a consultoria de engenheiros civis, eventualmente. A equipe técnica por vezes se subdividia, para gerar propostas preliminares que eram confrontadas e criticadas e, então, sintetizadas, para conformar as hipóteses que eram levadas à comunidade do ICB.
- Apresentação das hipóteses: as hipóteses arquitetônicas eram apresentadas pela equipe técnica em um telão para que todos os membros da CEF pudessem compreender graficamente a proposta. Em seguida, passava-se às discussões e críticas da comunidade.
- Debates sucessivos entre os pares (comunidade x comunidade): a agenda de encontro da CEF ocorria semanalmente. Entre um encontro e outro os representantes departamentais levavam questões para serem debatidas localmente. Algumas vezes foi necessário que a equipe técnica se reunisse, autorizada pela CEF, com os departamentos individualmente a fim de discutir pontos específicos, as conclusões eram remetidas à CEF para deliberação comunitária.
- Evolução projetual e referendo final: a evolução do PGRP-ICB se deu, portanto, a partir das sucessivas críticas, incorporação das sugestões, debates técnicos, estudos de viabilidade que ocorreram tantas vezes quanto necessário. Quando a proposta se mostrou suficientemente adequado para a comunidade e tecnicamente viável, inclusive do ponto de vista financeiro, formalizou-se um desenho final que foi referendado pela CEF e pela Congregação.



7 UM PANORAMA DO PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DO ICB

Até aqui nos dedicamos ao estudo do processo participativo em si, sem debater o desenho da arquitetura. Aprofundar o debate nesse ponto resultaria em um texto demasiadamente longo, mas poderá ser feito em outros trabalhos futuros. Nesta seção, portanto, apresentaremos panoramicamente os problemas projetuais caracterizados e soluções arquitetônicas adotadas.

Dois problemas se mostraram centrais: (a) a criação de ambientes para novas atividades e (b) a melhoria das condições ambientais e tecnológicas das áreas existentes. Porém, duas condicionantes dificultavam a adoção das resoluções mais óbvias, que seriam: “expandir tudo que fosse demandado” e “reformatar tudo de uma vez”. As condições diagnosticadas giravam em torno das diversas limitações para expansão das áreas físicas e do fato de que as atividades do ICB não poderiam parar durante as obras civis, não sendo possível uma reforma total em um só tempo.

As respostas projetuais aceitas pela CEF se deram em seis eixos básicos (figura 6):

1. Racionalização, com reorganização dos usos e ocupações de todos os ambientes: as diversas mudanças ocorridas ao longo das décadas no ICB, provocou alguma desorganização ambiental que foi evidenciado pelo diagnóstico e pelas reclamações dos usuários. A solução foi atuar para elaborar novos leiautes de todos os ambientes.
2. Compartilhamento máximo de salas e equipamentos de caráter de uso coletivo: visando a eliminação de áreas duplicadas ou subutilizadas.
3. Liberação de blocos originais com a transferência de atividades didáticas: as aulas teóricas, que ocupavam os blocos G e H, foram transferidas o CAD-CN - Centro de Atividades Didáticas de Ciências Naturais (figura 2), criando-se áreas para novas atividades laboratoriais. Levou-se em conta a tipologia ambiental exigida para cada atividade: os blocos originais do ICB são propícios para instalações laboratoriais e as salas de aulas teóricas (quadro e giz) demandam construções menos sofisticadas do ponto de vista infraestrutural.

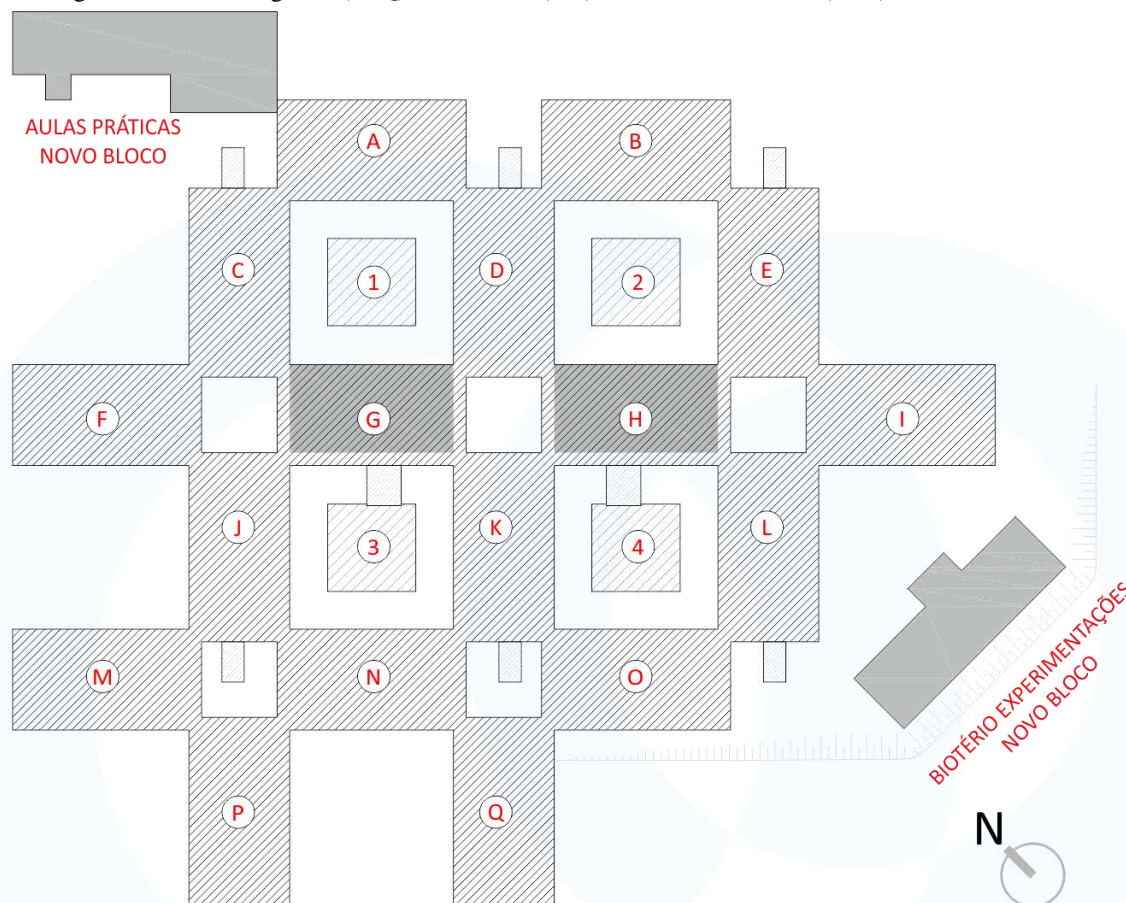


4. Expansão da área construída em anexos, até o limite permitido: o projeto para construção de dois novos blocos anexos, o Bloco de Aulas Práticas e o Bloco de Biotério de Experimentações, foram as expansões reais possíveis. O uso proposto para os novos blocos também se orientou pela racionalização e a concentração de atividades que, até então, estavam espalhados nos blocos originais (potencializado a criação de áreas “extras”).

5. Logística para que as obras não impedissem a continuidade das atividades do ICB: criação de espaços de manobra ou buffers foi a solução para viabilizar a obra parcelada e sem a interdição do ICB como um todo. Os locais escolhidos como *buffers* foram os blocos G e H, uma vez que esses foram esvaziados com a transferência das salas de aulas para o CAD-CN. Tais blocos foram transformados em “Laboratórios Estação” onde os departamentos acomodariam seus ambientes laboratoriais temporariamente, enquanto os espaços originais fossem reformados, para onde voltariam ao fim do processo.

6. Reforma completa dos acabamento e instalações: possibilitado graças a arquitetura aberta da concepção original, o sistema estrutural em concreto armado, que se apresentava em excelente qualidade, foi totalmente mantido e todo o restante seria renovado contemplando em projeto as novas instalações e materiais de acabamentos mais eficientes do ponto de vista sanitário para laboratórios.

Figura 6. Blocos Originais (A-Q), Auditórios (1-4), Blocos de Manobra (G-H) e Blocos Anexos.



Fonte: elaborado pelos autores (2020)

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Edifícios públicos precisam ser concebidos sob a ética republicana, empreendida em uma estrutura específica, claramente reconhecível em nível social, que leva em conta a democracia participativa dos interessados. Os clássicos processos participativos em arquitetura carregam o germe dessa ética, quando o arquiteto sai da centralidade decisória, os diversos actantes ficam livres para atuar e a decisão em si toma o protagonismo. O Plano Global de Requalificação Participativa do ICB foi feito sob esse regime e, ao final, o processo participativo desenvolvido se mostrou exitoso, uma vez que as soluções coletivas foram acolhidas e algumas efetivamente implementadas.

Entretanto, é importante que se diga que modificações no cenário político e institucional no país (sobretudo a redução de investimentos) e no ICB resultaram em



mudanças das diretrizes de uso e ocupação dos espaços estabelecidas pelo PGRP-ICB, fazendo com que alguns projetos fossem abandonados e outros modificados, num contexto não participativo. Isso aponta, de certa forma, para possíveis falhas no processo de projeto pois, se a comunidade tivesse, de fato, legitimado as decisões projetuais (como pensavam os arquitetos), não as teria abandonado tão facilmente. Essa é uma questão a ser investigada em futuros trabalhos. Mesmo assim, os arquitetos do quadro funcional da UFMG permanecem resilientes fomentando o debate interno para evitar o desaparecimento do legado dos debates do PGRP-ICB.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, L. **Instituições participativas e desenho institucional**: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. Centro de Estudos de Opinião Pública, Campinas, p. 43-64, Junho 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v14n1/02.pdf>>. Acesso em: 2020 abr. 14.

BRANDÃO, C. A. L. **A república da arquitetura**. Revista USP, São Pulo, nov. 2003. 08-21. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/13272/15090/>>. Acesso em: 11 abr. 2020.

HEIDEGGER, M. **Construir, habitar e pensar**. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. [S.l.]: [s.n.], 1954. Disponível em: <<https://tinyurl.com/heidegger-fausp>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Bauru: Edusc, 2012.

LAWSON, B. **Como arquitetos e designers pensam**. Tradução de Maria Beatriz Medina. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

MONTANER, J. M. **Depois do movimento moderno**. Tradução de Maria Beatris de Costa Mattos. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

OXMAN, R. **Digital architecture as a challenge for design pedagogy**: theory, knowledge, models and medium. Design Studies, v. 29, p. 99-120, 2008.

ROCHA, L. **Arquitectura crítica**: proyectos con espíritu inconformista. Madrid: Turner, 2018.

SHÖN, D. **The Reflective Practitioner**: How Professional Think in Action. Nova Iorque: Basic Books, 1983.